

O financiamento e a gestão económica das instituições universitárias na Europa Moderna: uma perspectiva comparada

Fernando Taveira da Fonseca

As universidades são instituições fulcrais para a formação e constituição das elites governativas. Tomando como referência o caso da universidade portuguesa, que inicia em 1537 uma nova fase da sua existência com o estabelecimento definitivo em Coimbra, pretende-se dar conta de como os poderes — régio e eclesiástico — providenciaram no sentido de suportar financeiramente a aquisição de competências socialmente reconhecidas e de qualificações necessárias ao exercício de funções indispensáveis para o ordenamento administrativo e para a gestão da *respublica*, na Época Moderna. A comparação com algumas universidades estrangeiras — espanholas, inglesas e outras — permitirá perspectivar linhas de contacto e particularidades específicas. Neste contexto, o exame do suporte financeiro dos colégios, especificamente dos que se destinam a acolher e apoiar o futuro professorado universitário, lançará luz sobre o “complexo protector” que se estabelece na Europa Moderna, criando relações recíprocas de favorecimento e de cumplicidade entre estas instituições universitárias e os órgãos decisórios do poder.

Definido assim o quadro geral que manifesta o carácter “interessado” dos poderes, materializado neste misto de protecção e domínio, será caso de observar as modalidades concretas de financiamento: a constituição das suas bases, a natureza dos rendimentos delas derivados, os modelos de gestão. Neste capítulo, para além de uma descrição genérica do modo de funcionamento da fazenda universitária, importa sobretudo atentar em dois problemas: o primeiro dirá respeito à quota parte representada pelas prestações dos estudantes (qual o peso da participação “privada” numa instituição que se define essencialmente pelo seu carácter de interesse “público?”); o segundo prende-se com a intervenção do corpo docente na gestão administrativa, o que nos conduz directamente à definição do perfil do professor universitário.

A caracterização do modelo de financiamento e gestão das universidades terá que necessariamente ter em conta a aplicação dos rendimentos, ou seja, a estrutura da despesa. Este aspecto prende-se com a complexidade da instituição em si, juntando à sua

função central —a docência — funções subsidiárias mas indispensáveis que postulam a existência de um corpo de oficiais e servidores, quer para o exercício das suas prerrogativas judiciais, quer para a execução das tarefas ligadas à administração económica. Não se esgota, contudo, na remuneração das diversas categorias do pessoal, o leque de aplicações dos rendimentos: outras há que ajudam a definir o perfil da instituição, a representação que de si mesma faz, e nos dão conta da capacidade de rentabilizar os excedentes.

Um quadro a que será necessário juntar a perspectiva evolutiva do equilíbrio financeiro, condição indispensável para que um modelo que se apresenta coerente na sua estrutura, seja funcional no que respeita às finalidades práticas da sua constituição: um dos vectores da autonomia universitária passa indiscutivelmente pela manutenção deste equilíbrio.